

PORTO ALEGRE CAPITAL DA CRIATIVIDADE, DA QUALIDADE DE VIDA E DA PARTICIPAÇÃO

APRESENTAÇÃO

1. REPOSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

- DINAMIZAR A ECONOMIA E APOSTAR NA INDÚSTRIA CRIATIVA
- TURISMO: UMA CIDADE CAPAZ DE ATRAIR OS OLHOS DO MUNDO
- POLÍTICA SOCIOAMBIENTAL PARA UMA CIDADE PLANEJADA E JUSTA

2. MODERNIZAR E DEMOCRATIZAR A GESTÃO

3. CAPITAL DA QUALIDADE DE VIDA

- SAÚDE
- EDUCAÇÃO
- MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE
- SEGURANÇA
- ESPORTE E LAZER
- CULTURA
- HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURA URBANA
- DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS
- ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA

APRESENTAÇÃO

O programa aqui apresentado está aberto a contribuições permanentes da sociedade. Ele está estruturado em três eixos que se relacionam de maneira permanente e transversal: reposicionamento estratégico, modernizar e democratizar a gestão e capital da qualidade de vida.

Se este documento pudesse ser reduzido a um só tema esse seria: "Transformar Porto Alegre na Capital da Criatividade, da Qualidade de Vida e da Participação". Ele traduz o modelo de desenvolvimento e da sociedade que queremos para a atual e futuras gerações. Compactuamos com o ideal de construção de cidades inclusivas, prósperas, criativas, educadoras, saudáveis e democráticas, que proporcionem uma boa qualidade de vida aos cidadãos e que permitam a participação da sociedade em todos os aspectos relativos à vida pública, tal como propõe a plataforma Cidades Sustentáveis.

Precisamos de alternativas para superar o processo de estagnação econômica de nossa cidade para gerar empregos qualificados e bem remunerados, que correspondam aos desafios do século XXI, da chamada sociedade do conhecimento e do capital humano aqui existente e pouco aproveitado. Porto Alegre é a segunda capital no "índice de potencial criativo", enquanto o rendimento médio do trabalhador permanece o mesmo há uma década.

Não é concebível que, gestão após gestão, continue a situação de filas e prazos desumanos no entendimento à saúde. Precisamos revolucionar a qualidade do atendimento nos postos de saúde e nos hospitais. Por outro lado, a cidade que já foi referência nacional na atenção básica, não pode ser a 18ª capital em cobertura da Saúde da Família. Ao mesmo tempo, vamos desenvolver uma estratégia de prevenção e promoção de vida saudável por meio das políticas de Educação, de Cultura, de Esporte e de Lazer. Disposição, bons exemplos e modernas tecnologias para alcançar esse objetivo não faltam.

A falta de planejamento resultou em um sistema de transporte público unimodal que vem perdendo qualidade dia-a-dia, que leva a população a recorrer ao uso excessivo de carros e motocicletas. Há muito, já faz parte da rotina dos porto-alegrenses o desperdício de tempo em vias paralisadas ou congestionadas. É possível melhorar sensivelmente essa situação com pequenas intervenções em reengenharia de tráfego, melhorias nos ônibus, implantação de paradas de ônibus inteligente e construção de novas ciclovias que possam ser medidas por quilômetros e não por metros. A cidade e a Prefeitura não podem ficar paradas esperando a inauguração do metrô.

A gestão atual está moldada em princípios do século passado, incompatíveis com a situação de desenvolvimento tecnológico e de eficácia na gestão acumulados nos últimos anos. Câmeras de vídeo, públicas e

particulares, interligadas, informação precisa dos horários dos ônibus, ações integradas dos diversos órgãos municipais e pronto atendimento para serviços como troca de lâmpada, remoção de entulho, podas de árvores, entre outros, são apenas pequenos exemplos de como é possível aproximar a administração municipal dos problemas cotidianos da cidade.

Reconhecemos o legado que cada administração municipal deixou para cidade. Entretanto, ao visitarmos a cidade, bairro a bairro, identificamos as demandas da população e sabemos que existe muito a ser feito. Por isso, não estamos entre aqueles que acham que tudo deve permanecer como está, mantendo intacta a administração municipal. Muito menos, estamos entre os que acham que o ápice da mudança é promover uma regressão a uma Porto Alegre dos anos 1990. Cada tempo exige uma resposta e a de agora, com um novo Brasil, é outra.

Em nosso projeto, não basta apenas o crescimento e o dinamismo econômico. Precisamos de um desenvolvimento que transforme a cidade e melhore a vida das pessoas que aqui vivem. Com novas ideias, novas práticas e novas atitudes. Essa cidade que nós queremos deve ser desenvolvida e conectada, eficiente e sustentável, criativa e inovadora, culta e divertida, aberta e integradora.

Sonhamos, desejamos, lutamos e convidamos você a construir o novo a partir de agora. Decididamente, precisamos trazer Porto Alegre para o século XXI.

Conheça, debata e contribua com estas propostas.

1. REPOSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

1.2. DESENVOLVIMENTO: CAPITAL DA CRIATIVIDADE E DA OPORTUNIDADE

Como em outras capitais, Porto Alegre sofre as consequências da desconcentração do desenvolvimento econômico para o interior e para cidades das regiões metropolitanas. Mais do que diagnosticar essa realidade, é necessário ter uma atitude pró-ativa, reposicionar estrategicamente a cidade e estabelecer um novo padrão de desenvolvimento.

Nos últimos anos, a economia de Porto Alegre perdeu espaço na economia gaúcha tanto para cidades polos do interior (Caxias do Sul, Rio Grande, Passo Fundo e Santa Maria) como para cidades da Região Metropolitana (Canoas, Viamão, Triunfo e Gravataí). Entre 1999-2009, reduzimos de 21,1% para 17,5% a participação no PIB do Rio Grande do Sul.

Os trabalhadores também sofreram as consequências e o salário médio real ficou praticamente estagnado na última década, segundo a FEE. Entre 2001 e 2011, o aumento foi de apenas 0,72%, saindo de R\$1.795,00 para R\$1.808,00 ou seja, mais R\$ 13,00 em dez anos. No período em que o Brasil mais cresceu, Porto Alegre ficou parada.

Nosso objetivo é dinamizar os negócios e impulsionar o crescimento, apostando em setores da economia que têm a ver com a vocação de Porto Alegre, como a indústria criativa e o turismo. O poder público municipal deve ser um espaço organizador da oferta de cursos de qualificação profissional e empresarial, cuja oferta esteja sintonizada com as demandas dos setores da economia porto-alegrense. Essa retomada depende também de uma maior articulação de Porto Alegre com as demais cidades da Região Metropolitana para disputar em melhores condições investimentos nacionais e internacionais.

Vamos liderar um novo pacto de governança para o desenvolvimento que dinamize os setores fortes da nossa economia e aposte em setores emergentes e inovadores. Este pacto terá forte participação de lideranças empresariais e da sociedade civil e começará pela reestruturação dos órgãos municipais que cuidam dessa área. A prefeitura não pode ser um entrave para o desenvolvimento.

Indústria Criativa e de alta tecnologia

Diferente de outras atividades econômicas, a Indústria Criativa utiliza o potencial individual, a imaginação e a capacidade intelectual para gerar renda. Por isso, segmentos ligados à alta tecnologia, arquitetura, artes cênicas, criação de software, música, design, audiovisual, publicidade, etc, devem ser valorizados do ponto de vista econômico. É

também uma atividade econômica que demanda poucos recursos naturais, pois é baseada no conhecimento, no talento e na criatividade.

Estamos falando da terceira maior indústria do mundo, depois do petróleo e de armamentos, e que movimentou 2,5% do PIB brasileiro e 1,9% do PIB gaúcho, em 2011. No Brasil, o salário qda indústria criativa é 45% maior que a média nacional (R\$ 2.296,00 x 1.588,00). Em outras palavras, vamos investir em uma atividade economicamente forte, sustentável e que propicia bons salários.

Porto Alegre ocupa o 2ª lugar entre as 50 maiores cidades do Brasil no Índice de Potencial Criativo, perdendo apenas para São Paulo. Enquanto isso, cidades como Recife, que ocupa o 10º lugar nesse mesmo ranking, aproveitam melhor esse potencial. Com uma iniciativa chamada "Porto Digital", desenvolvida há mais de 10 anos, a economia da capital pernambucana colhe os resultados de uma visão estratégica associada a uma atitude empreendedora da prefeitura. Porto Alegre precisa, urgentemente, transformar seu potencial em realidade.

Porto Digital - Recife

Faturamento: R\$ 870.873.585,00

Número de funcionários: 6.195 (66% até 30 anos)

Número de empreendedores: 498

Salário médio: R\$ 2.606,22

PROPOSTAS

1) Criar a Sala do Empreendedor, para orientar, acompanhar e agilizar a tramitação das demandas burocráticas junto à prefeitura. Promover parcerias para apoiar a capacitação dos empreendedores.

2) Redefinir e reestruturar o papel das secretarias e órgãos municipais relacionados à política de desenvolvimento, tendo em vista dinamizar e desburocratizar a relação com os setores tradicionais da economia (indústria e serviços) e apostar em novos setores que propiciem maiores salários e que sejam ambientalmente sustentáveis, como a indústria criativa e o turismo.

3) Fomentar redes de cooperação produtiva entre pequenos e médios empreendedores, universidades, CEITEC, Tecnopuc, Fapergs, entre outras, a fim de desenvolver os segmentos da Indústria Criativa.

4) Criar Rotas de Inovação que valorize o potencial dos diversos setores e fomente a vocação econômica de regiões da cidade como o Centro Histórico, o 4º Distrito, a Avenida Farrapos, a Avenida Protásio Alves, etc;

TURISMO: UMA CIDADE CAPAZ DE ATRAIR OS OLHARES DO MUNDO

O turismo pode ser importante vetor do desenvolvimento para a cidade de Porto Alegre. Conforme dados do Ministério do Turismo (2010), a cidade possui 8.611 estabelecimentos ligados ao turismo (hotéis, restaurantes, agências de viagens, locadoras de veículos, locais para atividades de lazer). São 48.329 pessoas trabalhando nessas atividades. Ainda são indicadores tímidos frente às potencialidades do turismo para a diversificação da economia de Porto Alegre.

O fluxo turístico para o Brasil, em especial para o Rio Grande do Sul, depende principalmente do desempenho das economias vizinhas. Porto Alegre pode ser a porta de entrada do Mercosul, já que situa-se com um tempo médio de 2h de voo das principais cidades do Brasil, da Argentina, do Uruguai e do Paraguai e não distante de Peru e Chile, com oferta regular de voos diretos. Porto Alegre pode consolidar-se enquanto hub aéreo na América do Sul, sendo um ponto de conexão logística, cultural e de negócios e eventos.

O turismo também é um forte indicador da qualidade de vida em uma cidade, pois a mesma somente torna-se atrativa quando sua imagem de segurança, respeito ao patrimônio cultural e histórico, desenvolvimento e receptividade estiverem em evidência. Indica a necessidade de sinergia entre o turista e a população residente, ou seja, se a cidade é boa para a população residente, é atrativa para o turista.

Nesse sentido, a ampliação da infraestrutura urbana e de novas soluções de urbanismo que transformem a paisagem da cidade é fundamental para a estratégia de desenvolvimento do turismo.

A revitalização do Centro Histórico e do Cais Mauá são expressões dessa perspectiva, contanto, é preciso avançar na associação entre planejamento urbano, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento econômico. O lago Guaíba e o Parque Delta do Jacuí podem ser atrativos que sustentem o desenvolvimento de novos segmentos turísticos como o turismo de natureza e o turismo náutico.

Mesmo sendo um destino para eventos de porte internacional, com presença de uma rede hoteleira acima da média nacional e de uma gastronomia referência, Porto Alegre ainda não conseguiu se posicionar dentre os principais destinos da América do Sul. Fato que nos levou a cair duas posições no Ranking ICCA 2011, passando para a 6ª posição no ranking brasileiro.

Frente ao crescimento mundial do segmento de turismo de negócios e eventos, Porto Alegre precisa ter uma política para o setor que estreite a cooperação público-privada com vistas à captação e a realização de eventos e ao desenvolvimento de uma estratégia ousada de promoção e marketing.

Para tal, contribui a implementação de um modelo de gestão que congregue capacidade empreendedora e compartilhada, associando os esforços do trade local com a possibilidade de atrair investimentos para Porto Alegre.

É preciso investir mais na estruturação da oferta turística de forma inovadora, promovendo a relação entre a indústria criativa e o turismo, bem como realizar uma revisão da legislação turística municipal para que o poder público demarque a capacidade de ser indutor do desenvolvimento da atividade turística.

Mais do que isso, é preciso investir em qualificação profissional e empresarial, no aumento do crédito para o setor, na ampliação das campanhas de promoção do destino e no redirecionamento das estratégias de promoção internacional, com destaque para o segmento de negócios e eventos.

Copa 2014, um mundo de oportunidades

Devemos aproveitar ao máximo a realização da Copa do Mundo em Porto Alegre. É preciso investir na organização do receptivo e na qualificação dos meios de hospedagem e da gastronomia. Cada turista da Copa do Mundo deve voltar para sua casa (no Brasil ou no exterior) sentindo vontade de retornar a Porto Alegre e recomendar a nossa cidade aos seus amigos.

A Copa também será um momento de grande exposição midiática mundial da nossa cidade. Devemos nos preparar para isso com o mais alto nível de planejamento e profissionalismo. Será o melhor momento para consolidarmos uma marca para a cidade.

3 milhões de turistas nacionais

600 mil turistas estrangeiros

18,9 mil profissionais de imprensa

375 emissoras de TV (mais de uma por país)

26 bilhões de espectadores acumulados

PROPOSTAS

1) Consolidar Porto Alegre como reconhecido destino turístico de negócios e eventos na América do Sul, por meio da expansão dos investimentos em infraestrutura, do ordenamento do turismo receptivo e da articulação de arranjo público-privado necessário para a captação e para a realização de grandes eventos.

2) Consolidar a estratégia do turismo de saúde em Porto Alegre e fomentar novos produtos associados ao segmento, especialmente aqueles ligados ao bem-estar e aqueles que agreguem valor a área rural do município.

3) Fomentar o empreendedorismo e a inovação dos serviços turísticos, a fim de ampliar e qualificar a oferta gastronômica e de entretenimento e lazer.

POLÍTICA SOCIOAMBIENTAL PARA A CIDADE PLANEJADA E JUSTA

Pensar em desenvolvimento sustentável para uma estratégia de cidade é entender que as dimensões social, econômica e ambiental devem ser articuladas na construção da política pública. Dar exclusividade a apenas uma ou parte dessas dimensões não contribui para o desenvolvimento que Porto Alegre merece. Nesse sentido, pensamos a implementação de uma economia que projete Porto Alegre como um núcleo urbano inclusivo, porém, que respeite os processos e limites ecológicos, considerando o meio ambiente como fator estruturante. É a conjugação desse olhar simultâneo para a justiça social e para a sustentabilidade ambiental que garante a qualidade de vida desejada pelos porto-alegrenses.

É necessário buscar soluções adaptadas à realidade de Porto Alegre. Para isso, o poder público municipal pode induzir um comportamento mais sustentável e responsável dos agentes econômicos que contribua de fato com um novo modelo de cidade. A eficiência energética e alternativas tecnológicas de valorização energética dos resíduos devem ser estimuladas e aprimoradas, a começar pela adoção de tecnologias compatíveis com a sustentabilidade quanto ao uso da água e de energia pela administração pública.

A SMAM não pode ser enxergada como uma secretária com um fim em si mesma. É preciso que a Gestão Ambiental de Porto Alegre seja debatida e executada pelas demais secretarias, garantindo o combate à burocratização dos procedimentos administrativos.

Os serviços da cidade precisam ser modernizados. Com os serviços ambientais não é diferente! O povo de Porto Alegre tem o direito de saber os dados de qualidade ambiental da cidade, os impactos dos empreendimentos e atividades aqui desenvolvidos. Além disso, precisamos tornar o processo de licenciamento ambiental mais dinâmico, através da informatização dos procedimentos, conectado à cidade inovadora que Porto Alegre pode ser.

Ações de saneamento, da garantia da qualidade da água e da balneabilidade do Lago Guaíba estão sendo implantadas com o Projeto Socioambiental e o Sistema de Esgotamento Sanitário Sarandi, a fim de dar resposta à poluição resultante do esgoto doméstico não tratado e, de forma localizada, do esgoto industrial. É necessário cada vez mais fortalecer o controle sobre a poluição das águas, poupar água e usar a água de uma forma mais eficiente.

Pensar saneamento exige também se preocupar com o fato de que Porto Alegre tem perda de 30% da água tratada, bem como projetar e instalar com responsabilidade compartilhada, novas ligações residenciais e dos estabelecimentos de serviços à rede geral de esgoto.

Em relação à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos urbanos, Porto Alegre está atrasada na elaboração e aplicação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, exigência da Política Nacional instituída em lei desde de 2010, bem como teve pouco protagonismo na proposição de uma solução consorciada com a Região Metropolitana.

Atualmente, a destinação do lixo em Porto Alegre é dividida em 4,5% para a coletiva seletiva e reciclagem, 93,55% para aterros sanitários, 1,63% para compostagem e 0,57% para reaproveitamento de restos alimentares para a suinocultura. Mais do que pensar somente a coleta e o descarte, a cidade precisa criar soluções para o tratamento e a valorização energética dos resíduos sólidos. E por enquanto a cidade mal conseguiu projetar um sistema integrado de limpeza urbana, definir critérios e exigir qualidade na concessão desses serviços públicos.

A nossa proposta de governo aponta para a urgência em soluções estruturantes para esse tema, devendo a estratégia sociambiental orientar-se para: a redução do volume de resíduos gerados, a ampliação da coleta e tratamento dos materiais recicláveis associada ao dinâmico escoamento para a indústria da reciclagem, a qualificação da inclusão social dos catadores (reduzindo riscos à saúde e aumentando a renda), o reaproveitamento da matéria orgânica para valorização energética (a exemplo do projeto Ecoparque) e o tratamento e a destinação de resíduos especiais, particularmente os da construção civil.

Em relação aos espaços naturais, de forte influência da Mata Atlântica, e à conservação da agrobiodiversidade, o esforço deve ser na criação de um programa de controle, identificando vetores, mecanismos de introdução e estabelecimento de espécies prioritárias e consolidando corredores ecológicos no município.

PROPOSTAS

1) Consolidar a criação e estruturação do Instituto de Planejamento Urbano e Ambiental de Porto Alegre, para lançar a política socioambiental a outro patamar, entrelaçando as atividades finalísticas desempenhadas pela Secretarias de Obras, de Meio Ambiente e Planejamento Municipal e os Departamentos (DMAE, DEMHAB, DMLU e DEP);

2) Criação do IPTU Verde com base na adoção de tecnologias limpas em moradias, garantindo incentivo fiscal a residências, grupos de residências, edifícios, condomínios e loteamentos que busquem implantar tecnologias mitigatórias do impacto da ação humana.

3) Implementar de forma integrada o Plano de Resíduos Sólidos e Saneamento Básico, cumprindo a determinação da lei federal, com foco em:

- ampliar a cobertura da coletiva seletiva nos bairros e a organização em três tipos de destinação (seco, úmido e resíduo não reciclável);
- reaproveitar a matéria orgânica para fins de geração de energia;
- revitalizar as unidades de triagem e de compostagem, garantindo assistência técnica e implementando melhorias que tenham impacto na saúde e no aumento da renda dos trabalhadores envolvidos;

- implementar a logística reversa na gestão de resíduos, responsabilizando os produtores pela destinação adequada;
- ampliar o escoamento dos materiais provenientes da coleta seletiva, gerando alternativas para a indústria da reciclagem;
- buscar soluções consorciadas com os municípios da RMPA.

4) Implementar os Planos de Manejo das Unidades de Conservação municipais, com aporte de recursos para a infraestrutura, a fim de garantir a preservação ambiental e fomentar o ecoturismo.

2. MODERNIZAR E DEMOCRATIZAR A GESTÃO

Grande parte das dificuldades enfrentadas por Porto Alegre deve-se a uma forma de administrar a cidade marcada pela lentidão nas decisões e pela utilização de fórmulas antigas para enfrentar problemas antigos.

A falta de agilidade, de eficiência e de criatividade na administração pública não cria problemas apenas para avaliação dos gestores, mas significa menos serviços públicos, menos desenvolvimento e qualidade de vida para os porto-alegrenses.

Entre 2009 e 2011, a arrecadação da prefeitura aumentou 33%, passando de R\$ 3,1 bilhões para R\$ 4,1 bilhões. No entanto, o valor destinado a investimentos (postos de saúde, praças, ruas, etc) teve menos da metade do seu montante executado. Talvez seja por isso que vários problemas da cidade continuem com o passar dos anos.

Se os problemas não mudam, é preciso mudar as ideias.

O desenvolvimento da tecnologia tem transformado a vida das pessoas, mas tem sido pouco utilizado para melhoria dos serviços públicos. A boa utilização dos recursos tecnológicos disponíveis pode ser o diferencial entre uma administração com uma mentalidade do século XX e uma gestão sintonizada com o século XXI. A inovação tecnológica deve ser uma aliada indispensável nas mais diversas áreas.

Eliminação das filas de atendimento na saúde, controle de trânsito, recursos tecnológicos na sala de aula, repressão ao crime e informação do tempo de chegada do próximo transporte coletivo são exemplos de serviços públicos que estão sendo melhorados Brasil à fora, com o uso da tecnologia associado a uma gestão integrada dos órgãos responsáveis. Enquanto isso, em Porto Alegre, muitos seguem defendendo mais do mesmo.

A Procempa, companhia de processamento de dados de Porto Alegre, terá um papel estruturante na nossa gestão, interligando em rede todas as estruturas da Prefeitura. A cidade hoje tem pouco mais de 500 km de rede de fibra óptica. Já tivemos a maior rede e hoje perdemos para cidades como Fortaleza. A empresa deve cumprir sua vocação de ser uma moderna empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação, apoiando a modernização da gestão municipal e a inclusão digital da população.

Para um novo momento da cidade, é necessário reorganizar a estrutura administrativa do poder público municipal, potencializando a execução de serviços e políticas que tenham impacto na vida do cidadão e tornando mais eficientes as atividades relacionadas à gestão interna da Prefeitura. É possível realizar essa reestruturação sem ampliar o número de secretarias, em parceria com o funcionalismo e valorizando a participação de técnicos nos cargos comissionados.

Avaliação permanente, Prefeitura eficiente

Um outro tema central para uma gestão moderna é o estabelecimento de mecanismos de avaliação interna, a partir de metas, e de avaliação externa feita pelos usuários dos serviços públicos. Criar mecanismos de avaliação é uma das melhores formas de aproximar os serviços públicos do cidadão e conferir mais eficiência à gestão. Motivar os servidores, fazer com que "máquina da Prefeitura" seja mais transparente e funcione mais e melhor, interessa a toda cidade.

Metas e resultados por secretaria municipal

Convidar integrantes de partidos aliados, técnicos, especialistas ou personalidades para compor um governo é algo natural e necessário. Aliados são bons para disputar eleição se forem bons para governar. Estabeleceremos metas claras para cada secretaria, que deverão ser perseguidas pelos gestores e fiscalizadas pela população. Este será o nosso diferencial.

Governo Aberto

Desde 16 de maio de 2012, vigora no Brasil a Lei de Acesso à Informação Pública. Essa lei obriga a prefeitura a disponibilizar documentos e informações à consulta de todo e qualquer cidadão, de forma clara, em linguagem simples e direta. Na prática, a nova lei propõe a mudança de mentalidade: da "cultura do segredo" para a "cultura da transparência". Cumpriremos essa lei com entusiasmo.

Democracia e Participação 2.0

Porto Alegre é a cidade onde se realiza o Fórum Internacional de Software Livre. É também a cidade sede de uma Universidade referência em produção de tecnologia. A gestão municipal não pode ser burocrática e distante da capacidade criativa e democrática própria da interação tecnológica.

As tecnologias devem servir para tornar a cidade mais compreensível e fazer com que as pessoas entendam como as ações da prefeitura podem e devem melhorar. A prefeitura moderna será aquela que estiver no cotidiano da vida das pessoas e não somente nos prédios públicos ou nas placas da rua.

A participação cidadã deve ser encarada como forma de melhorar a relação da gestão municipal com as pessoas que vivem na cidade. Opinar não deve ser somente uma escolha ao alcance de um clique ou em uma votação na plenária do Orçamento Participativo.

Ampliaremos ao máximo a possibilidade do cidadão poder se engajar na vida pública, pautar o serviço público, entender os processos e ajudar a construir espaços frutíferos de discussão e interação presencial e digital.

PROPOSTAS

- 1) Potencializar a PROCempa como ferramenta de inclusão digital, promovendo o acesso à Internet via banda larga nos bairros de Porto Alegre. .
- 2) Divulgar anualmente o plano de metas para cada secretaria municipal, para que o cidadão possa fiscalizar e colaborar com as iniciativas que melhorem a vida da cidade.
- 3) Implantar o Gabinete Digital como um canal direto entre a população e a Gabinete da Prefeit, a exemplo da experiência desenvolvida no Governo do Estado do RS.
- 4) Aumentar a transparência dos gastos e ações através da disponibilização de dados abertos, convidando a população a fiscalizar e melhorar o atendimento de serviços da prefeitura.

3. PORTO ALEGRE, CAPITAL DA QUALIDADE DE VIDA

Porto Alegre será Capital da qualidade de vida quando construirmos, no dia a dia, uma cidade que respeite a diversidade, garanta a acessibilidade, valorize homens e mulheres, cuide das crianças, aposte na juventude e seja amiga da terceira idade. Afinal de contas, o objetivo primeiro do Poder Público não pode ser outro que não o de servir as pessoas e potencializar suas capacidades.

SAÚDE

A saúde é um dos temas que causa maior insatisfação entre os porto-alegrenses. Superlotação de emergências, filas e prazos desumanos para atendimento e marcação de consultas e baixa cobertura da Estratégia de Saúde da Família são exemplos de situações que devem ser enfrentadas e superadas.

Porto Alegre ocupa hoje o 18º lugar entre as capitais brasileiras quando se trata de cobertura pela Estratégia de Saúde da Família, atingindo apenas 30% da população, segundo o Ministério da Saúde. Em primeiro lugar vem Teresina com 95%, seguida de Florianópolis com 93%.

Temos também os maiores índices de tuberculose e de HIV, sendo que, nas regiões mais pobres da cidade, os índices são comparados aos países africanos. Tudo isso em uma cidade que é um centro formador de saúde, com três faculdades de Medicina e inúmeras outras especialidades da área.

Precisamos articular e investir em uma rede de atenção, envolvendo em um só sistema as equipes de saúde da família, os postos de saúde, as policlínicas, as Unidades de Pronto Atendimento - UPAs e os hospitais. Ao mesmo tempo, precisamos fortalecer a prevenção, estimulando a prática de atividades físicas, desenvolvendo campanhas informativas e abordando esse assunto nas escolas.

PROPOSTAS

- 1) Dar incentivos financeiros aos hospitais para a melhoria da gestão e da qualidade dos leitos de retaguarda públicos e filantrópicos.
- 2) Criar policlínicas regionais com boa resolutividade, realizando exames laboratoriais e de imagem, com equipes multiprofissionais ampliadas com a participação efetiva das diferentes áreas da saúde.
- 3) Promover a regionalização com a responsabilização dos hospitais. A partir do contrato pactuado, definir prioridades de consultas, exames e leitos hospitalares por região.
- 4) Revitalização do Hospital de Pronto Socorro (HPS), melhorando sua estrutura física e ampliando e valorizando os recursos humanos.
- 5) Consolidar a Política de Saúde Mental, construindo mais CAPS, CAPS AD e CAPS i, além de Consultórios de Rua, priorizando o combate ao crack e outras drogas.
- 6) Implantar as Academias da Saúde junto às Unidades Básicas de Saúde, com a orientação de educadores físicos, promovendo vida saudável.
- 9) Desenvolver campanhas que desestimulem o uso abusivo de álcool, contribuindo para a redução dos índices de violência, acidentes de trânsito e excesso de demanda nas emergências hospitalares.

EDUCAÇÃO

A educação é parte do reposicionamento econômico e social de Porto Alegre. Não se forma bons cidadãos e bons profissionais somente a partir do momento em que o jovem entra na universidade.

Os especialistas são unânicos em afirmar que o desenvolvimento cognitivo-intelectual de uma criança depende diretamente dos primeiros estímulos que ela recebe. Por isso, uma educação de qualidade é indispensável desde o primeira infância.

A prefeitura deve fazer bem a sua parte, pois é justamente nesta fase que município é, constitucionalmente, responsável: Educação Infantil e Ensino Fundamental.

A questão da creche ganha um contorno ainda mais especial se considerarmos que, entre as famílias extremamente pobres, 72,5% são chefiadas por mulheres, em sua maioria jovens, e que, entre as 43 mil pessoas extremamente pobres, 6 mil são crianças com até 5 anos de idade. Além de ser indispensável para a criança, o direito à creche é fundamental para que a mãe possa trabalhar. Encontramos aqui um entrelaçamento entre as políticas de combate à pobreza, de educação, de trabalho e para a juventude.

As dificuldades enfrentadas pela educação no município aparecem nas avaliações feitas pelo MEC. No Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb, Porto Alegre está abaixo da média nacional e ainda mais abaixo da média do Rio Grande do Sul. Ao planejarmos nossas ações, é importante levar em conta que em escolas de determinados bairros o Ideb é muito baixo. Daremos um tratamento diferenciado a estas escolas sem descuidar das demais.

Desafio da qualidade

Devemos tratar com a mesma importância a ampliação do número de matrículas e a qualidade da educação que é ofertada. De nada adianta matricular as crianças na escola, se ela não encontrar profissionais motivados e preparados, infraestrutura e equipamentos adequados e um projeto político-pedagógico adequado ao nosso tempo.

Precisamos avançar muito no conceito e na implementação da educação integral. Segundo a prefeitura, atualmente 42%, 23 mil alunos, estudam em regime de educação integral, sendo que, se considerarmos apenas o ensino fundamental, essa porcentagem cai para 28%.

Por outro lado, grande parte da educação integral que existe hoje é se resumem a oficinas, ministradas no contraturno escolar, sem articulação com o projeto pedagógico.

Precisamos ainda capacitar os professores e dotar as escolas municipais de tecnologia necessária para que a rede escolar esteja adequada ao tempo atual. Se o mundo em que vivemos não é igual ao dos nossos pais, como achar natural que a escola e a educação sejam as mesmas?

PROPOSTAS

- 1) Qualificar os critérios para conveniamento de creches e estabelecer parcerias com a rede municipal para capacitação dos educadores das creches comunitárias.
- 2) Ampliar as vagas em Educação Infantil, priorizando as regiões com baixo IDH e centro da cidade, atendendo assim famílias pobres e mães trabalhadoras. Construir e reformar prédios que ofereçam simultaneamente vagas de creche e pré-escola, em tempo integral.
- 3) Avançar na oferta de Educação Integral, universalizando essa modalidade na Educação Infantil e ampliando progressivamente no Ensino Fundamental.
- 4) Acompanhar a evolução do Ideb por cada Escola da Rede Municipal. Envolver a comunidade de cada bairro na melhoria da qualidade. Posicionar Porto Alegre acima da média nacional do Ideb.
- 5) Desenvolver ações educativas que abordem o respeito aos direitos humanos e a diversidade, disseminando a cultura de paz, igualdade racial, tolerância religiosa, o combate ao machismo e a homofobia, etc. Promover ações integradas com outras áreas do governo como saúde, assistência, cultura e esporte.

MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE

Apontar medidas para melhorar o trânsito tornou-se tão corriqueiro quanto discutir futebol, quase todo mundo tem uma opinião. Do usuário do transporte público ao especialista, do motorista ao proprietário da empresa de ônibus, do líder comunitário ao vereador, do proprietário de carro ao ciclista, quase todos têm uma fórmula para melhorar o trânsito na cidade. A Prefeitura precisa perceber essa preocupação generalizada e tomar medidas concretas.

Mobilidade urbana é uma pauta prioritária para a cidade, que se tornará ainda mais importante para a próxima gestão, porque, segundo a Lei federal sancionada em 2012, os municípios têm, até janeiro de 2015, para apresentar o Plano de Transporte e Mobilidade Urbana. Sem ele, o município ficará impedido de receber verbas federais.

A prefeitura não soube aproveitar as oportunidades de investimentos da Copa de 2014. Entre as 12 cidades sede, Porto Alegre, com tantos problemas de trânsito, ocupa o 10a. colocação na captação de recursos para obras de mobilidade urbana.

Nos últimos dez anos, a frota de veículos de Porto Alegre aumentou 48,67%, enquanto a população cresceu apenas 3,58%. Foram mais 234.579 veículos e mais 48.760 pessoas. O número de veículos cresceu cinco vezes mais que população.

Temos que pensar em uma política de redução de deslocamentos, articulada com o próprio desenvolvimento e a organização da cidade. À medida que as oportunidades de trabalho e os serviços públicos e privados estiverem próximos do local de moradia, reduziremos deslocamentos desnecessários e o congestionamento do Centro da cidade.

A solução para o transporte em Porto Alegre passa também por uma política coordenada com as cidades da Região Metropolitana. Não resolveremos os problemas de trânsito em nossa cidade se não considerarmos, por exemplo, que dos 3.200 ônibus que circulam diariamente por aqui, 1.700 vêm de fora.

Uma outra estratégia é estimular a redução do uso do carro como meio de transporte individual, promovendo melhorias reais no transporte coletivo existente (ônibus e lotação), valorizando o uso de bicicletas e aprimorando o sistema de táxis.

Temos que oferecer ao cidadão a possibilidade de conexão entre as diversas modais de transporte. Em outras palavras, a pessoa pode sair de sua casa pedalando, deixar sua bicicleta em um bicicletário público e chegar de ônibus ao seu destino. Ou então sair de carro, estacioná-lo seguramente em um determinado local e chegar ao Centro da cidade de lotação.

A principal solução, no entanto, é seguir investindo fortemente em transporte público de alta capacidade como Metrô, BRT e Aeromóvel. A prefeitura deve tomar todas as medidas para acelerar as negociações com Governo Federal e Estadual e iniciar efetivamente a construção das obras do Metrô, assim como deve se preparar para captar e investir recursos para ampliação da rede de BRTs.

Além de agilizar e concluir as obras em andamento, a prefeitura deve definir com clareza qual o Plano Viário para cidade, se antecipar e organizar um banco de projetos, facilitando assim a captação de mais recursos para novas obras. Não podemos esperar que os recursos da Copa de 2014 acabem, para depois tomarmos iniciativas.

Enquanto as grandes obras não são entregues a sociedade, a prefeitura pode tomar medidas curto prazo que podem melhorar sensivelmente o trânsito na cidade.

PROPOSTAS

1) Ciclovias:

- Ampliar o número de bicicletários em locais públicos, especialmente em terminais de ônibus de bairros populosos como Restinga Nova e Belém Novo;
- Realizar campanhas educativas de respeito ao ciclista. A bicicleta que está no trânsito não está atrapalhando, mas sim ajudando o trânsito a fluir melhor.

2) Ônibus:

- Adotar como padrão apenas uma poltrona nas portas de saída dos ônibus, para facilitar a circulação;
- Qualificar as paradas de ônibus referenciais:

I) Conceição (calçada da Rodoviária)

II) Júlio de Castilhos (Templo Igreja Universal)

III) Borges de Medeiros (pista centro-bairro, junto ao Shopping Praia de Belas)

3) Carros:

- Ampliar o número de estacionamentos públicos e privados em substituição a estacionamento nas ruas.
- Adotar medidas de reengenharia de tráfego que melhorem o fluxo do trânsito especialmente nos horários de pico.

4) Lotação:

- Criar mais linhas transversais, entre bairros e em ruas de difícil acesso para os ônibus.
- Melhorar a programação visual dos micro-ônibus, facilitando a leitura do passageiro.

6) Táxi:

- Cartões para pagamentos das corridas: facilidade para o passageiro e segurança para o taxista.
- Ampliar a frota e implantar GPS como forma de avaliar e planejar a oferta.

7) Passeio livre:

- Intensificar a fiscalização e execução da reforma de passeios e calçadas, visando melhorar o fluxo de pedestres e garantir acessibilidade para cegos, cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida.

SEGURANÇA

A segurança pública é um tema complexo que deve ser assumido em conjunto pelos governos (federal, estadual e municipal) e pela sociedade. É necessário combinar o firme combate ao crime com o desenvolvimento de políticas de emprego, renda, educação, cultura, esporte e lazer, garantindo direitos básicos à população.

As situações de violência ocorrem nas ruas, nas praças e nos bairros da cidade. A Prefeitura não pode se omitir, deve agir e cobrar responsabilidades. Uma política de segurança eficaz começa pela prevenção. Cuidar da iluminação, conservação e estimular a ocupação dos espaços públicos é fundamental para o aumento da qualidade de vida e redução da violência, especialmente em uma cidade que possui 11 parques e 597 praças. Por outro lado é importante ter uma Guarda Municipal equipada e capacitada para cuidar do patrimônio municipal, promover ações preventivas e atuar de maneira articulada com a Brigada Militar.

Segundo o Comando da Brigada Militar, o efetivo policial em Porto Alegre é 2.590 agentes, um número insuficiente. Se considerarmos o parâmetro da ONU de 340 agentes por 100 mil habitantes, necessitaríamos de um efetivo de 4.790, ou seja, mais 2.200 brigadianos.

Porto Alegre hoje possui 14% da frota e concentra 47,7% dos roubos de carro do Estado. Foram 1.374 roubos no primeiro trimestre de 2012. Esse número é 35% maior que no Rio de Janeiro e 22% maior que em São Paulo.

No Brasil, a taxa de homicídios é de 26,2 por 100 mil habitantes. Nesse item, Porto Alegre ocupa o 16º lugar entre as capitais brasileiras e o 2º lugar entre as capitais do Sul país, com uma taxa de 36,8 por 100 mil habitantes. Entre os jovens (2008), a proporção aumenta para 96 por 100 mil habitantes.

Porto Alegre possui 13% da população do Estado e concentrou 23,5% dos homicídios em 2011. No primeiro trimestre de 2012, 69,8% se deram por execução em razão do tráfico de entorpecentes (dívidas, assunção de pontos de tráfico ou dissidência entre comparsas).

PROPOSTAS

- 1) Direito à vida em primeiro lugar. Desenvolver uma política de prevenção de homicídios com a ampliação de programas de sociais voltados à juventude e criação de equipes específicas para investigação. Trabalhar com metas e premiação para as equipes, delegacias e batalhões.
- 2) Organizar uma rede de prevenção a violência doméstica, em virtude da grande quantidade de ocorrências. Desenvolver campanhas em conjunto com a Secretaria e Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.
- 3) Ampliar alcance dos sistemas de georreferenciamento das ocorrências, com maior compartilhamento de informações entre os órgãos. Mapear onde se dão as principais ocorrências (roubo de carros, homicídios, furtos, tráfico, etc) ajuda a planejar melhor as ações de segurança.
- 4) Valorizar a Guarda Municipal, reforçando sua área de inteligência, preparando seus servidores para prevenção e prestação de serviços ao cidadão. Envolver a GM no planejamento e nas ações de segurança dos grandes eventos.

ESPORTE E LAZER

O lazer e o esporte são direitos assegurados desde a Constituição de 1988. Mas a verdade é que, apesar desse reconhecimento, ainda falta muito para sua efetivação. De uma maneira geral o acesso a prática esportiva é um privilégio de quem tem dinheiro para pagar clubes e academias ou está restrito a áreas do centro da cidade e de bairros mais estruturados.

A prática esportiva promove a qualidade de vida, o desenvolvimento humano, a saúde e o cuidado com o próprio corpo. Faz-se atividade física e esportiva para sentir-se melhor. Além disso, o acesso ao esporte e ao lazer contribui para redução da violência, melhora o convívio social e ensina para vida, ou seja, a ganhar e a perder.

Para alcançar a posição de Capital da Qualidade de Vida, Porto Alegre deverá ter um investimento muito mais qualificado na democratização do esporte e do lazer como direitos sociais, articulando o esporte comunitário, educacional e de rendimento. Para tanto, precisamos uma política pública de esporte e lazer que aconteça nas escolas, praças e parques, clubes esportivos, centros de treinamento, centros comunitários e que também seja associada com a rede de atenção básica de saúde.

É necessário associar a política de esporte com a estratégia de desenvolvimento econômico, a partir da captação e realização de eventos esportivos das mais diversas modalidades, como corridas de rua, automobilismo e competições nacionais e internacionais de modalidades olímpicas.

PROPOSTAS

- 1) Ampliar a parceria com o Governo Federal para buscar Praças da Juventude e Praças do Esporte e da Cultura. Assegurar que os recursos recebidos sejam efetivamente utilizados.
- 2) Desenvolver o projeto “Nenhuma Quadra Vazia”, uma parceria entre as secretarias de Educação, Cultura, Saúde e Esporte, para promover maior aproveitamento deste espaços, inclusive com atividades noturnas.
- 3) Modificar o programa de adoção de praças e parques por empresas, fazendo com que as mesmas adotem espaços no centro e na periferia, simultaneamente.
- 4) Desenvolver ações integradas entre a Secretaria de Educação e Esporte, envolvendo as Universidades, para reforçar a educação física escolar e apoiar as atividades da educação integral da rede municipal.
- 5) Incluir na revitalização da orla do Guaíba, mais espaço para prática esportiva e de lazer, especialmente para esportes náuticos, radicais e em contato com a natureza.
- 6) Utilizar o programa Academia da Saúde, do Governo Federal, para expandir a prática esportiva nos bairros populares. Este projeto financia a construção e manutenção de espaços que funcionam de maneira articulada com a Estratégia de Saúde da Família.

CULTURA

Porto Alegre precisa de uma política cultural para o desenvolvimento. Não se trata apenas do desenvolvimento da cultura para o próprio setor cultural, trata-se também de estruturar a política pública, tendo como pressuposto a potencialidade da cultura ser alavanca e ponto de apoio para avançar na estratégia de desenvolvimento socioeconômico.

Para que essa estratégia dê certo, será preciso mobilizar a energia criativa da sociedade em termos produtivos e empresariais. A criatividade da arte e da cultura deve extravasar para a educação, para a saúde, para a economia. É na tríade entre cultura, economia e participação social que Porto Alegre pode se reinventar enquanto modelo de cidade.

Nossa proposta quer abrir caminhos para promover um ambiente favorável ao desenvolvimento das atividades culturais e à organização das suas cadeias produtivas, dos arranjos locais e dos sistemas articulados com outras economias, como a do entretenimento, do lazer e do turismo.

Uma política cultural para a cidade também deve garantir o direito à cultura, pela ampliação do acesso aos equipamentos culturais e pelo estímulo à produção e à circulação. Repensar a experiência da descentralização da cultura nas regiões da cidade leva-nos a buscar saídas para afirmar a inclusão e estimular as dinâmicas culturais dos bairros.

Outra dimensão importante é a relação entre revitalização urbana e patrimônio histórico. Porto Alegre não pode esquecer sua história. Intensificar a recuperação de sítios e edificações históricas, museus e acervos, por meio dos recursos do PAC Cidades Históricas, é o esforço que deve ser alcançado, fortalecendo a marca da Porto Alegre cultural. Nosso patrimônio imaterial deve ser reconhecido, fazendo com que o poder público municipal valorize as manifestações e festas populares, a exemplo da Festa dos Navegantes e do Acampamento Farroupilha.

PROPOSTAS

- 1) Incentivar iniciativas socioculturais economicamente viáveis, por meio do fomento, do crédito e da incubação de micro e pequenas empresas do setor cultural.
- 2) Estabelecer acordos de cooperação cultural com outros países, especialmente os do Mercosul, para intercâmbio artístico de profissionais e de grupos culturais.
- 3) Articular recursos federais para a implementação de projetos como o Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura, por intermédio da expansão dos Pontos de Cultura, dos Pontos de Leitura e dos Pontos de Memória, qualificando a produção e difusão cultural já existente nos bairros.
- 4) Garantir a execução da lei municipal de fomento ao teatro e a dança, com a finalidade de prestar apoio à manutenção e criação de projetos de trabalho continuado de pesquisa e produção cênica na área de teatro e dança.
- 5) Revitalizar os equipamentos e espaços públicos de cultura e incentivar a difusão cultural dos eventos e festivais nos bairros.

HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURA URBANA

Além de garantir o direito constitucional à moradia, o poder público municipal deve promover a qualidade do ambiente como suporte de uma vida saudável e segura a toda a população. Deve garantir também a qualidade do espaço construído, com vistas a qualificar a paisagem urbana, e desenvolver novas políticas de ocupação e gestão do território, priorizando a inclusão social nas estruturas urbanas existentes.

Precisamos reforçar a perspectiva de um desenho urbano descentralizado, oportunizando novos focos para as atividades econômicas e para a oferta de serviços. Com objetivo de qualificar o espaço público, criar novas áreas de lazer, melhorar a mobilidade e os equipamentos públicos como escola, creches e serviços de saúde pública, precisamos projetar de forma participativa uma série de intervenções urbanas nos bairros, em especial nas Áreas Especiais de Interesse Social (AIES).

Segundo o DEMHAB, em 2010, a carência de novas moradias é de 38 mil, enquanto a necessidade de regularização fundiária para vilas e núcleos irregulares é de 75 mil domicílios. Por outro lado, existem 54 mil cadastros no Programa Minha Casa Minha Vida. A média de moradias entregues pela prefeitura foi aproximadamente 750 por ano, mantido esse ritmo demoraríamos 50 anos para suprir o déficit habitacional.

Para além de melhoria da infraestrutura, a Copa de 2014 deve deixar um legado social positivo. A execução das obras da Copa não pode desconsiderar o direito à moradia digna das famílias que precisam ser reassentadas. O poder público deve ampliar o diálogo com as comunidades, especialmente aquelas diretamente afetadas pela duplicação da Av. Tronco, da Padre Cacique e Edvaldo Pereira (Complexo Beira-Rio) e Av. Severo Dullius.

Os investimentos aportados com a revitalização do Complexo Cais Mauá darão uma nova cara para o local, estimulando a valorização imobiliária e materializando uma moderna infraestrutura urbana. Por outro lado, revitalizar o centro da cidade significa também promover moradias para famílias de baixa renda por meio da reestruturação de prédios antigos e a reforma de prédios ociosos, a exemplo do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) da Caixa Econômica Federal.

PROPOSTAS

- 1) Priorizar a regularização fundiária e construção de novas moradias em áreas públicas (federais, estaduais e municipais);
- 2) Dar maior protagonismo ao poder público municipal na articulação dos recursos federais e na operacionalização do Programa Minha Casa, Minha Vida, com vistas à nova fase do cadastramento e entrega dos empreendimentos.

3) Desenvolver Sistema de Controle de Dados Habitacionais para aperfeiçoar o diagnóstico, o planejamento e avaliação das ações por parte da Prefeitura e para qualificar as decisões do Orçamento Participativo. Atualizar permanentemente os dados sobre o déficit habitacional por meio de censo fundiário.

DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS

Quando se trata de respeito à diversidade, as políticas públicas devem superar a perspectiva assistencial para uma política que valoriza os direitos humanos, buscando eliminar todas as formas de discriminação, entre outras, a discriminação por motivos de idade, de gênero, de sexualidade e de raça/etnia, promovendo a igualdade de oportunidades e o respeito às diferenças.

Os resultados do Censo de 2010 mostram o envelhecimento da população de Porto Alegre e a queda na proporção de jovens. A população idosa (60 anos ou mais) da cidade aumentou 32% em relação a 2000, enquanto o número de crianças de zero a quatro anos que diminuiu quase 25%.

O Censo de 2010 ainda aponta que aproximadamente 24% da população de Porto Alegre tenha algum tipo de deficiência, totalizando 336 420 mil pessoas, dentre essas, a deficiência visual é a mais frequente seguida da deficiência motora. Desdobrar em ações concretas o Plano Diretor de Acessibilidade, lei municipal de 2011, adquire mais importância.

Uma cidade amiga da pessoa com deficiência e do idoso estimula a qualidade de vida e o envelhecimento saudável ao otimizar oportunidades para saúde, participação e segurança, adaptando estruturas e serviços para que estes sejam acessíveis e promovam a inclusão das pessoas com diferentes necessidades e graus de capacidade.

Sobre a condição da mulher em Porto Alegre, ainda persistem desigualdades que precisam ser enfrentadas. A desigualdade salarial entre homens e mulheres é clara: a mulher recebe em torno de 70% do rendimento dos homens. Ainda, as mulheres brancas ganham duas vezes mais do que as mulheres negras. E se nos atentarmos à participação política, nesta legislatura, o número de vereadoras caiu de 7 para 4. Dados do atendimento do SUS apontam que 43% das mulheres atendidas sofreram violência pelos parceiros ou ex-parceiros e 70% dessas agressões ocorreram dentro de casa. A rede de atendimento apresenta grandes debilidades, com mecanismos frágeis e que não dão conta de atender com qualidade a todas as mulheres vítimas da violência.

É preciso avançar na identificação das desigualdades entre brancos e negros nos diferentes territórios da cidade. Os dados indicam um aumento da auto-declaração de negros (pretos e pardos), passando de 16,56% em 2000 para 20,24% em 2010, reforçando a necessidade de políticas para este segmento. Dados do Mapa da Violência 2012, apontam que no RS a taxa de homicídio juvenil cresceu em torno de 21% entre 2000 e 2010. Grande parte dessas vítimas é formada por jovens negros.

PROPOSTAS:

- 1) Desenvolver a formação e a capacitação continuada de servidores para o combate e enfrentamento às discriminações, com foco na promoção dos direitos humanos;
- 2) Ampliar a assistência social e a oferta de serviços públicos para os idosos, a exemplo da implantação de Casas de Abrigagem para os idosos em situação de violência e vulnerabilidade e “casas-dia” para a prática da convivência comunitária;
- 3) Implantação do Centro de Referência da Mulher e ampliação da rede de atendimento das casas-abrigo, a fim de estabelecer o atendimento integral às mulheres vítimas de violência;
- 4) Organizar o Programa Minha Casa, Minha Vida para o atendimento às Pessoas com Deficiência;
- 5) Desenvolver campanhas de sensibilização e conscientização sobre a diversidade em parceria com o movimento LGBT, em especial nas escolas. Qualificar os profissionais da saúde para o atendimento a esse público.

ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA

A prefeitura deve trabalhar para reduzir a distância entre os extremos da nossa cidade, fazendo com que todos tenham acesso a direitos básicos e a oportunidades de trabalho e renda.

Porto Alegre tem condições de ser uma das primeiras capitais a erradicar a extrema pobreza. São 43 mil pessoas em nossa cidade que vivem com menos de R\$ 70,00 por mês.

São pessoas tão desamparadas que não conseguem se inscrever em programas sociais bastante conhecidos, como o Bolsa Família, ou ter acesso a serviços essenciais como água, luz, educação, saúde e moradia. Vamos intensificar a nossa participação por meio da Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC e nos somar aos governos federal e estadual nos programas Brasil Sem Miséria, Brasil Carinhoso e RS mais Igual.

Além de realizar a busca ativa dessas pessoas para incluí-las nos programas de transferência de renda, vamos propiciar e assegurar que essa inclusão, mais do que social, seja produtiva, tornando a transferência de renda desnecessária com o passar do tempo.

PROPOSTAS

- 1) Ofertar a esse público cursos de qualificação profissional e intermediação de emprego. Ampliar a política de microcrédito e o incentivo à economia solidária.
- 2) Dar atenção especial às jovens mulheres, chefes de família, tanto para inclusão no Bolsa Família, quanto nas oportunidades de qualificação profissional, de emprego e de vagas em creches. Entre as famílias extremamente pobres, 72,5% são chefiadas por mulheres.